

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar

FIERGS CIERGS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Assembleia aprova reajuste do piso em 5,53% com retroatividade a partir de outubro

Depois de ter emplacado reajuste zero para o piso regional em 2020, a Assembleia Legislativa voltou a aprovar procedimento diferenciado com relação ao tema, em mais uma apreciação anual do reajuste do salário mínimo vigente no Rio Grande do Sul. Base do governo e oposição tiveram o mesmo posicionamento nessa terça-feira (14), favorável à aprovação de emenda que, apesar de majorar o índice apresentado inicialmente pelo Executivo, postergou sua aplicação para a partir de outubro e não fevereiro, mês usualmente aplicado (47 votos favoráveis e 2 contrários).

O Projeto de Lei 237/2021 previa reajuste de 2,73%, representando metade da variação do INPC nacional, relativo ao ano de 2020 e retroativo a 1º de fevereiro. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a partir da escolha do relator, deputado Luiz Fernando Mainardi (PT), houve pressão significativa para ampliação do índice. Em seu parecer, o relator sugeriu aumento de 10,3%, incorporando ao cálculo dados inflacionários cumulativos no período de 2019/2020, mas em uma ação claramente institucional. À referida comissão cabe análise da legalidade e constitucionalidade de projetos, não de mérito. O posicionamento do relator, no entanto, nem chegou a ser apreciado diante da solicitação do governo de inserção do PL na ordem do dia das votações, corroborado por acordo de líderes.

A liderança do governo apresentou em plenário a proposta oriunda de várias rodadas de negociação das entidades empresariais com o governo do Estado: reposição do índice inflacionário anual – 5,53% - retroativa a outubro. O reflexo das negociações se fez sentir nos discursos das bancadas do PT e do PDT: ainda que contendo críticas a um reajuste maior, o tom foi de conciliação e apoio, refletindo no escore final da votação. O que não impediu que a análise do projeto tenha durado quase duas horas, com muitas manifestações na tribuna. A

maioria dos deputados das bancadas de oposição ao mesmo tempo que comunicaram o apoio à emenda do governo Leite, reforçaram a intenção de buscar a compensação das “perdas salariais” do período em 2022.

O projeto segue para sanção.

Confira aqui o teor da [alteração](#) aprovada pelo plenário e as planilhas de votação da [emenda](#) e do [Projeto de Lei 237/2021](#).